

OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS: RETROSPECTIVA HISTÓRICA.

Regina Celia Adamuz *

Dr. Levino Bertan**

RESUMO

O objetivo do presente trabalho, utilizando o método de levantamento bibliográfico, é resgatar a historicidade das pessoas portadoras de necessidades especiais e a interação delas no contexto social. O estudo busca a identificação do problema nos povos antigos como hebreus, gregos e romanos, chegando até a atualidade; destaca o aspecto da exclusão nos diferentes períodos da história até os tempos atuais e mostra, também, a realidade brasileira e, mais especificamente, da cidade de Londrina, apresentando os dados do censo de 1996.

UNITERMOS: pessoas portadoras de necessidades especiais, histórico, realidade brasileira, exclusão.

ABSTRACT

The purpose of the present work, using the bibliographic survey method, is to rescue the history of the disable and their interaction in the social context. The study attempts to identify the problem in ancient peoples like the Hebrews, the Greek, and the Romans, up to the present day. It focuses on the exclusion in the divers historical eras up to the present and shows the Brazilian reality, especially that of the city of Londrina, presenting the 1996 census data.

KEY- WORDS: disabled, historical, Brazilian reality, exclusion.

* Mestre - Professora do Departamento de Psicologia do Centro de Estudos Superiores de Londrina - CESULON, do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina - UEL e da Universidade Norte do Paraná - UNOPAR.

** Professor do Departamento de Educação e do Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina- UEL.

"Toda filosofia depende da história " (Nietzsche)

No transcorrer da história registram-se inúmeros casos de pessoas com deficiência. Através de estudos já realizados foi possível perceber como foram consideradas, o que revelam os vínculos e as implicações existentes com a sociedade mais ampla.

O levantamento bibliográfico sugere que a primeira pessoa com deficiência talvez tenha sido Noé. Lamec, pai de Noé, ficou intrigado com a aparência do recém-nascido, cujas características eram de um albino. O bebê era realmente muito diferente dos primos, tios, avós e demais parentes, todos morenos e de olhos escuros. Enoc, o velho patriarca, analisou a questão com a sabedoria de seus muitos anos de vida e descobriu que Lamec e sua esposa eram primos em primeiro grau, sendo "o tipo comum de consangüinidade em albinismo".

Para os antigos hebreus, tanto a doença crônica quanto a deficiência física ou mental, e mesmo qualquer deformação, por menor que fosse, indicava um certo grau de impureza ou de pecado. Segundo Moisés apud SILVA, 1987, p. 74:

O homem de qualquer das famílias de tua linhagem que tiver deformidade corporal não oferecerá pães ao seu Deus, e nem se aproximará de seu Ministério; se for cego, se coxo, se tiver nariz pequeno ou grande, ou torcido; se tiver um pé quebrado ou a mão; se for corcunda

A discriminação contra pessoas portadoras de qualquer deficiência era, portanto, aberta e manifesta nas próprias leis.

Sabe-se que alguns líderes e homens especiais tiveram ascendência sobre o povo hebreu e também influenciaram o desenvolvimento de sua medicina. Muitos conselhos e preceitos deixados por homens desta natureza levaram o povo a moderar o seu modo de agir a alterar seus costumes e a respeitar tudo aquilo que julgava vir de Deus, como, por exemplo, a importância da medicina e do papel do médico.

Já o povo grego antigo, em grande parte, devido à falta de bases científicas para melhor compreender a vida e a natureza, sentia-se envolvido por muita fantasia e por uma infinidade de crenças. Homero que, segundo a tradição, era um homem cego, é exemplo de desenvolvimento e de competência, mesmo sendo portador de uma séria deficiência.

Para muitos pensadores e políticos gregos, competia ao estado proteger os pobres, os miseráveis e os portadores de deficiência devido a qualquer causa. Não se tratava de mero paternalismo nem de esmola oficializada pelo estado, pois o indivíduo tinha seu caso analisado antes de receber os benefícios a que fazia jus, independentemente da causa do problema.

A Grécia deixou para o mundo um saldo muito positivo de leis e costumes que valorizavam a vida e também muitos conhecimentos relacionados à medicina.

Os gregos demonstravam claramente o reconhecimento do indivíduo como um ser repleto de valores.

Para o povo romano, as crianças malformadas, doentias ou consideradas anormais e monstruosas eram, no máximo, abandonadas em cestinhas enfeitadas com flores, às margens do Tibre. Os escravos ou pessoas pobres que viviam, de esmolas ficavam à espreita e atentos. Eles se apossavam dessas crianças para usá-las, quando mais crescidas, como meio de exploração, conseguindo esmolas volumosas. Esse tipo de negócio chegou a ser muito rendoso na Roma Antiga. Era tão lucrativo que havia raptos de crianças para serem mutiladas e desenvolverem tal atividade. Muitas pessoas, na época da decadência do Império, caso tivessem seus filhos deficientes, optavam pela morte para que eles não se tornassem mendigos.

A discriminação estava presente nos tempos dos Césares. Os deficientes mentais eram tratados como "bobos", excluídos do ambiente elitizado e, quando utilizados em algumas atividades, eram as mais simples e humilhantes. Costume este que foi adotado por muitos séculos na história da humanidade, assim como a utilização de meninas e moças cegas, desempenhando as funções de prostitutas, e os rapazes cegos, como remadores ou, simplesmente, pedintes de esmolas.

Tanto entre os gregos quanto entre os romanos havia médicos competentes e dedicados, como Dioscórides, que escreveu o compêndio, abordando assuntos de medicina, doenças e alguns problemas causadores de deficiência. Asclepiades de Bitúnia foi o primeiro médico a se utilizar da música no tratamento e recuperação de pessoas portadoras de deficiência mental; o segundo foi Celso (Aulus Cornelius Celsus - 42 a.C. a 37 d.C.), famoso, competente, reconhecido por muitos séculos como "Cícero dos Médicos", em função do seu interesse pela medicina e, em sua obra, descreve várias doenças e seus principais sintomas como as paralisias e males de extremidades. Uma das maiores contribuições de Roma à História da Medicina foi iniciar uma espécie de sistema de atendimento hospitalar para a população civil, assim como para as pessoas com sérios problemas de incapacidade.

Tem-se a destacar, ainda, que, no museu do Louvre, em Paris, existe um vaso de origem romana provavelmente do Século IV a.C., no qual está representada uma pessoa com deficiência motora se apoiando num bastão e utilizando um pilão na parte inferior da perna direita, talvez devido a uma deformidade de origem polimielítica.

Cícero e Sêneca, dois sábios romanos, expressaram com muita clareza o que pensavam de pessoas portadoras de deficiência. O primeiro é bem claro com relação à incapacidade na vida de uma pessoa, como por exemplo, quanto à cegueira, abordando a adequação de alguns homens famosos, face à vida. "O velho Ápio, apesar de cego, depois de um longo tempo, exercia a mais elevada magistratura, sem falar em nada a qualquer de seus deveres, públicos ou privados "Disse que teve em sua casa, por muito tempo, o estóico Diodote que, depois que perdeu a visão, aplicou-se mais do que nunca à filosofia, sem distrações outras a não ser tocar o alaúde à moda dos pitagoreanos, os quais liam dia-e-noite para ele. Diodote continuou a ensinar geometria, demonstrando com clareza a seus alunos como traçar linhas, o que parecia impossível sem visão.

Já Asclepiades, filósofo, certo dia respondeu que a falta de um criado para o acompanhar era o que o mais incomodava, com a perda da visão.



Sêneca, o grande pensador e filósofo contemporâneo de Jesus Cristo, escreveu, dentre muitas obras, mais de 100 cartas ao seu amigo Lucílio. Numa delas, ao analisar o problema das deficiências físicas de ordem mais grave e os valores espirituais existentes nas pessoas deficientes, ele diz:

Finalmente, se eu considerar nosso amigo Clarano, ele me parece belo e tão reto de corpo quanto de espírito. Um grande homem pode sair de um lar pequeno e uma grande alma pode ser encontrada num corpo pequeno e disforme; o que me faz crer que a natureza produz essas pessoas a fim de que se perceba que a virtude pode nascer em qualquer lugar (SILVA, 1987, p. 150).

Com advento do Cristianismo o conteúdo da doutrina cristã era voltado para a caridade, para o amor ao próximo, para o perdão das ofensas, valorização e compreensão do significado da pobreza e da simplicidade. Tudo isso era pregado por Jesus Cristo. É nesta época que o deficiente mental ganha alma e, como tal, não pode ser eliminado ou abandonado sem atentar para os desígnios da divindade. Com a moral cristã torna-se inaceitável a prática espartana e clássica da eliminação dos considerados subhumanos. Sob a influência da religião cristã e de acordo com seus preceitos de mansidão, caridade e respeito, começaram a surgir hospitais com a finalidade clara de abrigar viajantes enfermos, de um lado, e doentes agudos e crônicos (entre eles os deficientes) de outro lado.

A forma de ver o mundo, nesta época, como uma influência positiva do Cristianismo, era que a miséria, a doença, a mutilação, a cegueira, tudo era considerado como motivo para se pensar no pagamento de pecados cometidos, no cerceamento dos impulsos carnis, na purificação da alma e no seu aperfeiçoamento. (SILVA, 1987, p.174).

Houve também nesta época a proliferação de entidades assistenciais e caritativas.

Nesta fase se dá também a preocupação, o estudo a respeito do fato de o malfeitor ter os dois olhos vazados, ou seja, qual a pena para quem voluntariamente cega alguém? Concebeu-se, então, que, se alguém vazasse os dois olhos de outrem, teria um seu vazado e também mereceria perder a mão que cometeu tal crime. Ainda teria que pagar uma indenização igual à metade de seus bens, a qual seria entregue àquele que teve seus olhos vazados, como um abrandamento de sua miséria. E se porventura o malfeitor não tivesse recursos, ele era sacrificado assim como a vítima.

Ainda na Idade Média praticavam a trepanação, ou seja, abriam as cabeças dos indivíduos deficientes mentais acreditando que, com isso, espantariam os espíritos maus que habitavam as pessoas. Pensava-se que esses espíritos é que faziam os indivíduos agirem de forma diferente. Uma típica história repleta de poesia e credences desta época é a do Santo Herveu, o monge cego.

Os crimes graves cometidos durante toda a Idade Média, em diversos países europeus, na sua maioria tiveram como punição a deformação, como a cegueira. Ficava, assim, o homem marcado e impedido de trabalhar, restando-lhe o recurso de esmolar, ou ainda, ter a pena da amputação das mãos.

No século IX, a pessoa portadora de necessidade especial era valorizada. No Japão, o portador de deficiência visual passava a dominar, com exclusividade, a profissão de massagista, e ainda as aplicações de certas técnicas de acupuntura, prevalecendo esses privilégios por dez séculos. Ainda hoje, percebe-se em vários países o desenvolvimento de tal prática, assim como outras. Também há a preocupação com a música para pessoas portadoras de deficiência visual, o que significa a valorização desses indivíduos.

Nos últimos séculos da Idade Média, existiam associações criadas para levantar e manter fundos para a assistência aos doentes e deficientes pobres, sem qualquer esperança de cura. Uma das doenças que, na época, causou mutilações e outros tipos de deficiências foi a lepra, hoje conhecida mundialmente como hanseníase. Ela já existia no Egito e na Índia, muito séculos antes da Era Cristã e foi conhecida dos gregos e dos árabes.

Durante esta época, segundo SILVA (1987, p.211):

quando um homem era declarado 'leproso' fosse positivo tinha apenas um destino: banimento da sociedade, rezava-se uma missa de Réquiem sobre o doente, o que correspondia a um sepultamento simbólico . Era [...] conduzido para fora da cidade e no caminho o sacerdote, acompanhado de um acólito que tocava uma matraca ,dava orientações básicas ao doente, repassando as proibições que iriam marcar sua vida futura.

Era -lhe proibido:

- entrar em igrejas, mercados, moinhos, padarias ou qualquer lugar público;
- lavar as mãos ou o corpo em qualquer riacho ou fonte (deveria saciar sua sede usando uma caneca de sua propriedade exclusiva);
- sair às ruas sem as vestes identificadoras do leproso sem calçados;
- tocar os beirais das pontes ou batentes de portas (deveria ter as mãos cobertas);
- tocar e ter relações sexuais com qualquer pessoa, inclusive sua própria esposa;
- comer ou beber na companhia de qualquer pessoa que não fosse leprosa.

Quando eles tinham sorte e apoio da família poderiam conseguir um lugar no "lazareto" ou "leprosário" e seu destino era passar a vida espalhando o terror da doença, mendigando por comida e por bebida.

O conceito de deficiente de males deformatórios na Idade Média, tanto no meio do povo como nas classes mais abastadas, assumia diferente e misterioso, diabólico e vexatório do que em outro qualquer sentido. Isso foi demonstrado através de alguns quadros pintados, em que os espíritos malignos da hierarquia imaginária de Satã e os seres lendários e de comportamento malévolos e desumano são invariavelmente representados por seres com rostos.



Nessa época, em que a ignorância imperava, as incapacidades físicas, problemas mentais e as malformações congênitas eram considerados "como verdadeiros sinais da ira celeste e taxados como castigos de Deus". Isso se generalizava e ainda atribuíam como resultado a atuação de maus espíritos ou do próprio demônio, sob o comando das bruxas.

Crenças e credices populares também se faziam presentes. Benzeduras de um lado, exorcismo e ritos misteriosos de outro e uso de medicamentos extraídos de produtos naturais faziam parte da medicina popular. Por exemplo, supunha-se que a epilepsia era consequência de uma possessão instantânea por um espírito maligno e o remédio era o exorcismo por ritual ou pela tortura.

O destino das pessoas deficientes na Idade Média, como os anões e os corcundas, era serem usadas como objeto de diversão das grandes moradas e dos castelos dos nobres senhores feudais e seus vassallos. Com o passar do tempo, tinham livre acesso a todos os ambientes, trazendo sorte, afastando demônios, podendo até alguns deles participar de todas as conversas e falar o que bem entendiam, pois eram supostamente tolos, divertidos e inconseqüentes.

Quem usufruiu de privilégios neste período foram os cegos, principalmente aqueles que viviam na França durante o século XIII, pois havia abrigos que aceitavam os cegos mais pobres. Na cidade de Chartres, por exemplo, havia um recurso para atendimento.

Uma outra época inicia-se onde na penosa história do homem portador de deficiência começava a findar uma longa e muito obscura etapa. Iniciava a humanidade mais esclarecida os tempos conhecidos como "Renascimento" - época dos primeiros direitos dos homens postos à margem da sociedade, dos passos decisivos da medicina na área de cirurgia ortopédica e outras, do estabelecimento de uma filosofia humanista e mais voltada para o homem, e também da sedimentação de atendimento mais científico ao ser humano. (SILVA, 1987, p. 221).

Nessa época, são fortalecidas as novas formas de ver o homem e valorizá-lo. Durante o movimento renascentista, lutou-se para compreender os problemas vivenciados por seres humanos deixados à margem da sociedade por milênios.

No século XVI, foram dados passos decisivos no atendimento às pessoas portadoras de deficiência auditiva (deficientes da audição e da palavra, ou seja, os surdos-mudos) que, anteriormente, eram considerados ineducáveis, quando não possuídas por maus espíritos.

O código para ensinar os surdos a ler e escrever foi criado por Cardan. Ainda neste século, o médico francês Laurent Joubert escreveu "Erros Populares relativos à Medicina e o Regime de Saúde", inserindo um capítulo sobre o ensino de surdos e mudos, em que defendia um princípio de Aristóteles de que o homem é um animal social com habilidades para se comunicar com outros homens. Baseando-se neste postulado que respeita todas as habilidades existentes em qualquer pessoa, nascida surda



ou que futuramente poderia se tornar assim, os mestres deveriam ter paciência e cuidado.

Neste período intensificam os pintores, retratando em suas obras, cenas em que aparecem pessoas com os mais variados males.

Aos deficientes mentais com retardo mental profundo, no século XVI, era negada a própria natureza humana. Martinho Lutero relatou, a respeito, o caso:

Há oito anos atrás havia em Dassau uma dessas crianças que eu Martinho Lutero, vi e examinei. Tinha doze anos de idade, usava seus olhos e todos os seus sentidos de tal maneira que a gente poderia pensar que era uma criança normal. Mas ela só sabia fartar-se tanto quanto quatro lavradores. Ela comia, defecava e babava e se alguém tentasse segurá-la, ela gritava. Se alguma coisa ruim acontecia, ela chorava. Assim, eu disse ao príncipe de Anhalt: se eu fosse o príncipe, eu levaria essa criança ao rio Malda, que passa perto de Dassau e a afogaria. Mas o príncipe de Anhalt e o príncipe da Saxônia, que estavam presentes, recusaram-se a seguir meus conselhos. Eu disse, então: Bem então os cristãos rezarão o Pai Nosso nas igrejas e pedirão que Deus leve o demônio embora. E assim foi feito diariamente em Dassau, e o retardado morreu um ano depois. (SILVA, 1987, p. 236).

Lutero chegou a dizer, com convicção, que o retardado acima citado era apenas massa de carne sem alma e que o demônio possui esses retardados e fica onde suas almas deveriam estar.

Então, ocorre a valorização das pessoas portadoras de necessidades especiais por parte de pintores, escritores e poetas. Dentre eles, cita-se como exemplo William Shakespeare, grande poeta e dramaturgo inglês, que, em suas obras, faz menções expressivas aos males incapacitantes tais como: fraturas graves, mutilações, deformidades congênitas ou adquiridas.

A medicina avança cada vez mais e, em 1662, na França, a ortopedia nasce como uma especialidade que cuida dos problemas de ossos e de mutilações, e ocorre melhor atendimento e maior preocupação com as demais deficiências.

No Brasil, assim como vimos até então, o panorama não é diferente, pois as pessoas deficientes foram consideradas por vários séculos como "miseráveis", talvez os mais pobres dos pobres. Os de famílias mais abastadas ou menos remediado sem dúvida passaram toda a sua vida escondidos voluntária ou involuntariamente, nas fazendas ou mansões.

No Brasil Colônia, ocorre a criação das Casas de Misericórdia, sendo a primeira fundada em 1545 e/ou 1567, com o objetivo de atender aos doentes crônicos, enfermos e muitos recém-nascidos com deformações, que foram colocados lá por suas mães desesperadas. Eles eram criados em orfanatos ou nos conventos, como elementos à margem da sociedade.

Entre os indígenas do Brasil, segundo SANTOS FILHO, (1977) eram raríssimos os aleijados e deformados. Entre os portugueses, a situação era outra, pois os colonos sofriam com grande quantidade de insetos nocivos à sua saúde e bem-estar.



Alguns deles acabavam com severas limitações de natureza física ou sensorial, mesmo porque isto era característico de uma terra nunca desbravada. Por exemplo, o inseto "chigua", encontrado nas pousadas ou fazendas, que se destinavam ao plantio da cana-de-açúcar, introduzia-se entre as unhas e as carnes dos dedos das mãos e dos pés, chegando a afetar seriamente algumas juntas do corpo.

A seguir, apresentar-se-ão alguns marcos de destaque na Educação Especial no Brasil, segundo JANNUZZI (1992):

1600: Brasil Colônia-atendimento ao deficiente físico em instituição especializada junto à Santa Casa de Misericórdia em São Paulo.

1853: Deputado Cornélio França apresentou um projeto propondo a criação de cargo para professora de surdo- mudos.

1854: A proposta recebe apoio do governo e são criados:

- Imperial Instituto para meninos cegos, mais tarde chamado de Instituto Benjamin Constant- Rio de Janeiro.
- Instituto dos surdos, mais tarde chamado Instituto Nacional de Educação de Surdos - Rio de Janeiro.

1854: Atendiam-se 35 cegos (população real: 15.848)

Atendiam-se 17 surdos (população real: 11.595)

1874: Escola Juliano Moreira em Salvador começa a dar atendimento ao deficiente mental.

1887: Escola México-(Rio de Janeiro),de ensino regular, começa a dar atendimento ao deficiente físico e deficiente visual.

1889: Até a proclamação da República, o atendimento ao deficiente visual, deficiente auditivo e deficiente físico aumentou para seis institutos no Brasil.

1898: Funda-se no Brasil o Hospital Psiquiátrico do Juquiri pelo Dr. Franco da Rocha.

1903: Funda-se o Hospital Neuropsiquiátrico Infantil do Engenho de Dentro no Rio de Janeiro.

1921: Constrói-se o pavilhão para crianças junto ao hospital do Juquiri. Esse pavilhão, em 1929, foi transformado na "Escola Pacheco e Silva".

1942: Constrói-se o Pavilhão Bourneville - Rio de Janeiro - anexo ao hospital psiquiátrico.

Outros pavilhões anexos aos hospitais foram surgindo no Brasil.

A primeira APAE (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais) surge em 1953, graças à presença de um casal de americanos que militava no NARC (Association National Children Retard), no Rio de Janeiro. Outras surgem como APAE de Volta Redonda (1956);São Lourenço, Goiânia, Niterói, Jundiá, João Pessoa, Caxias do Sul (1957);APAE de Natal (1959); APAE de Muriaé (1960);APAE de São Paulo (1961).No ano de 1962 acontece a Primeira reunião Nacional das APAE, com 19 Associações presentes.



Em 1967, acontece o Congresso das APAES, em Curitiba, com 42 associações presentes e o MEC cria a CAPEME (Companhia Nacional de Educação e Reabilitação do D.M.). Em 1968, ocorre o Congresso das APAES no Recife e funda-se a ABDM (Associação Brasileira de Deficiência Mental), hoje filiada à Associação Internacional.

Ainda no Século XX, há a implantação das classes especiais no ensino público, as quais têm como objetivo desenvolver as habilidades e aptidões dos educandos para integrá-los na sociedade, principalmente através do trabalho. Essa integração depende sobretudo do papel do educador, pois compete a ele transmitir as informações e os recursos necessários para a formação integral dos educandos, despertando-os para a curiosidade, criatividade e os valorizando como pessoas. Segundo Gusdof apud CAYUELA (1976, p.80), *todo professor é um educador, quando chega à descoberta de si mesmo é um Mestre.*

Em 1971, a Assembléia Geral proclamou a aprovação dos Direitos das Pessoas com Retardo Mental e, no ano de 1975, aprovou a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes.

Desta forma, espera-se que as futuras gerações reverenciem tais direitos, não apenas pelas suas grandes descobertas científicas, mas especialmente pelo fato de que, pela primeira vez na história da humanidade, estes seres humanos são considerados merecedores do bem estar comum.

O Brasil não pode ficar alheio a esse movimento de trabalhar para o bem comum das pessoas portadoras de necessidades especiais. Deve-se despertar nas pessoas a consciência sobre quem são, que podem fazer, e para que servem. Tem-se que ter metas claras e objetivas com relação ao seu ajustamento, trabalho, escola e atendimento. A Organização Mundial da Saúde estabelece que pelo menos 10% da população, em qualquer parte do mundo, sofrem de algum tipo de deficiência. Na cidade de Londrina, em 1996, foi realizado o Censo das pessoas portadoras de necessidades especiais e constatou-se um total de 3.068 pessoas sendo:

- a) Deficiência Mental = 900 pessoas ----29%
- b) Deficiência Auditiva=312 pessoas---- 10%
- c) Deficiência Múltipla = 462 pessoas--- 15%
- d) Deficiência Visual = 242 pessoas ----8%
- e) Deficiência Física = 1.152 pessoas ---38%

Apesar deste resultado não obter os 10% indicados, um dos aspectos levantados foi que os portadores de deficiência mental, grau leve (segundo SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (1994), eles representam um total de 85% desta população), não tenham sido indicados por suas famílias, por freqüentarem escolas regulares. Foram ainda identificadas quantas pessoas estavam estudando, tendo algum tipo de atendimento, e trabalhando. O resultado encontrado foi:

FIGURA 1: NÚMERO DE PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS DA CIDADE DE LONDRINA- PARANÁ / CENSO 1996.

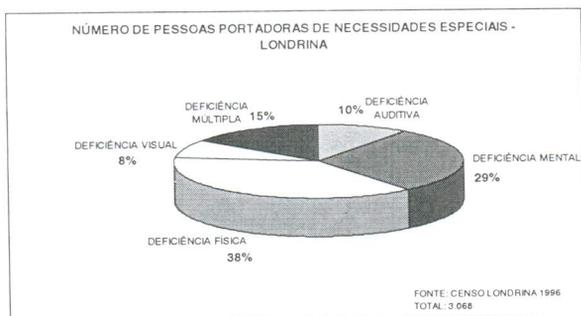


FIGURA 2: NÚMERO DE PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS *QUE ESTÃO TRABALHANDO* NA CIDADE DE LONDRINA.

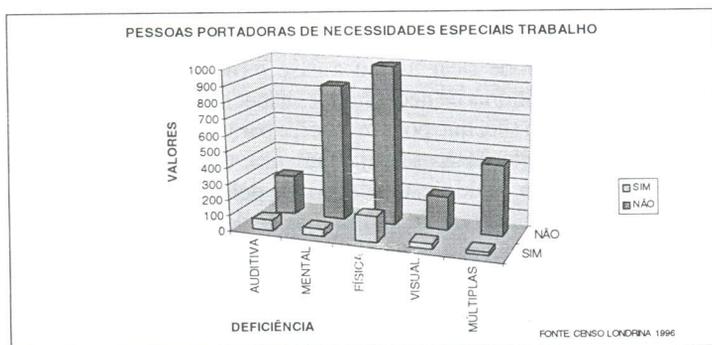


FIGURA 3: NÚMERO DE PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS *QUE ESTÃO ESTUDANDO* NA CIDADE DE LONDRINA.

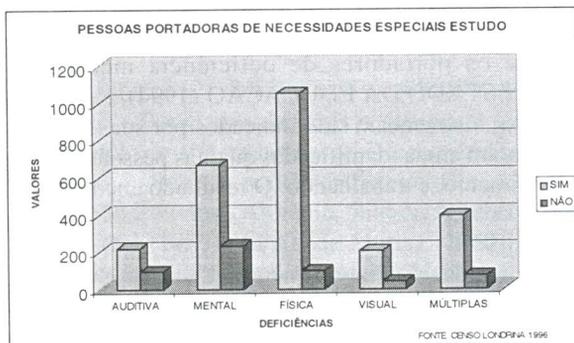
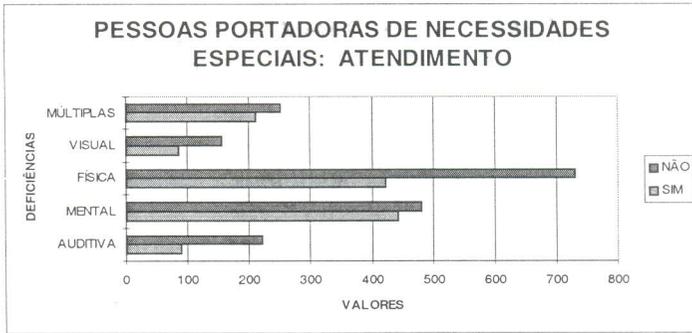


FIGURA 4: NÚMERO DE PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS *QUE ESTÃO RECEBENDO ATENDIMENTO* NA CIDADE DE



Desde o mundo antigo até hoje, o homem nasce desprovido de toda bagagem necessária para enfrentar biológica e socialmente esta realidade. Houve quem considerasse o indivíduo com o máximo estado de falta de defesa social. Ele tem uma série de potencialidades instintivas, insuficientes para enfrentar o mundo, e deverá desenvolvê-las para poder se adaptar a uma vida social. Isto deve ser feito com amor, respeito a quem porventura chega a este mundo ou um dia se torna impossibilitado de integração total, estabelecida no meio cultural e social desde os primórdios.

Hoje, estabelecida, a carta universal dos direitos do homem, tem-se igualmente a carta dos direitos da criança e dos adolescentes, a lei 7.0853, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social". Além do direito à saúde, educação, meios de sobrevivência, liberdade de credo, de escolha de profissão, existe respeito pelo **OUTRO**, que se traduz na **integração do indivíduo na sociedade, no respeito a sua individualidade para proporcionar-lhe a independência para traçar seu próprio caminho na vida e viver plenamente a cidadania.**



BIBLIOGRAFIA

- AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. **Temas básicos de psicologia** - Psicologia do excepcional. São Paulo: E.P.U., 1986.
- BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração/ segregação do aluno deficiente**. São Paulo : EDUC, 1993.
- CAYUELA, Félix C. Consciência filosófica e educação. **Revista Andragogia**, Rio de Janeiro, ano 1, n.2, 1976.
- FERREIRA, Júlio Romero. **A exclusão da diferença**. Piracicaba, São Paulo: UNIMEP, 1993.
- JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. 2.ed. Campinas : Editora Autores Associados, 1992.
- SANTOS FILHO, L. de C. **História geral da medicina brasileira**. São Paulo : Hucitec e EDUSP, 1977.
- SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. 4.ed., Lisboa, Editorial Presença, 1970.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia da educação: construindo a cidadania**. São Paulo: FTD, 1994.
- SILVA, Otto Marques da. **A epopéia ignorada**. São Paulo : CEDAS, 1987.